



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO
DE SECRETÁRIO AUXILIAR DAS PROMOTORIAS DE
JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS

CADERNO DE PROVAS

INSTRUÇÕES:

1. LEIA SOMENTE ESTA FOLHA DE INSTRUÇÕES. Leia as demais folhas deste caderno somente após a autorização do fiscal para o início da prova.
 2. Você receberá do fiscal:
 - a) 01 (um) caderno de questões;
 - b) 01 (uma) folha de respostas destinada à prova objetiva;
 - c) 01 (uma) folha de respostas destinada à prova discursiva;
 - d) 01 (uma) folha de respostas destinada à prova de redação.
 3. O caderno de questões contém:
 - a) 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas de resposta cada uma e apenas uma alternativa correta;
 - b) 01 (uma) prova discursiva com 02 (duas) questões;
 - c) 01 (uma) proposta de redação.
 4. **SOMENTE APÓS O INÍCIO DA PROVA:** verifique se a numeração das questões e a paginação do caderno de questões estão corretas. Você dispõe de 05 (cinco) horas para fazer as provas, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento das folhas de respostas da prova discursiva e de redação.
 5. Deixe sobre a carteira apenas a caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente. Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.
 6. Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação.
 7. Você poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas somente na companhia de um fiscal.
 8. Somente após 01 (uma) hora do início da prova você poderá entregar as folhas de resposta e retirar-se da sala.
 9. Somente após 03 (três) horas do início da prova será permitido levar este caderno de provas.
 10. As folhas de respostas não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
 11. Após o término da prova, entregue ao fiscal as folhas de respostas assinando somente a referente à prova objetiva. As demais não devem conter assinatura ou qualquer sinal de identificação.
-

LÍNGUA PORTUGUESA

10 Questões

Índices pífios de esclarecimento de assassinatos e apagão estatístico apontam descaso na segurança.

De cada dez casos de homicídio, somente quatro são esclarecidos no Brasil, de acordo com uma pesquisa apresentada pelo Instituto Sou da Paz na semana passada.

A taxa nacional, de 44%, indica avanço em relação a anos anteriores, quando o número de assassinatos esclarecidos não passou de 32% dos casos, mas ainda assim contrasta com a realidade de outros países. Nos Estados Unidos, a taxa equivalente se aproxima de 60%, e um estudo da Organização das Nações Unidas encontrou percentuais ainda maiores na Europa e na Ásia.

Esta é a quarta edição anual do levantamento do Instituto Sou da Paz, e os pesquisadores se depararam novamente com enormes dificuldades para obter dados de qualidade das autoridades estaduais.

Foram requisitados aos Ministérios Públicos e aos Tribunais de Justiça dos estados informações sobre todos os homicídios dolosos, com intenção de matar, ocorridos em 2018 e esclarecidos até 2019.

Das 27 unidades da Federação, 6 não enviaram dados e 4 deram informações incompletas, sendo excluídas da contagem nacional.

A falha reforça outras evidências de que o Brasil enfrenta um apagão estatístico nessa área. Segundo o Atlas da Violência de 2021, cerca de 17 mil mortes violentas ocorridas em 2019 foram computadas como indefinidas, sem justificativa.

O novo estudo apontou também a enorme desigualdade entre as polícias estaduais. Rio de Janeiro, com apenas 12% de mortes elucidadas, e Paraná, com 14%, figuram entre os estados com pior desempenho.

A impunidade dos crimes obstrui o acesso das famílias das vítimas à Justiça, amplificando os efeitos perversos do morticínio de jovens, negros e moradores das periferias das grandes cidades.

O número de homicídios registrados no país voltou a aumentar no ano passado, após dois anos seguidos de queda, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Verbas destinadas a programas que poderiam ajudar a elucidar os delitos, como o desenvolvimento de um sistema de análise balística e um banco de perfis genéticos para comparação de amostras colhidas em cenas de crimes, têm sido reduzidos no governo Jair Bolsonaro.

Com homicídios em alta, mais armas em circulação e sem ferramentas de inteligência para as investigações, ficará mais difícil melhorar os índices de elucidação de crimes. Às famílias das vítimas, restará a constatação de que seguirão ignoradas pelos que deveriam protegê-las.

(Editorial do jornal Folha de SP veiculado em 19/10/2021).

Questão 01

Assinale a alternativa correta acerca das informações contidas no texto:

- a) A taxa de esclarecimentos de assassinatos nos Estados Unidos é o dobro da taxa de elucidação de homicídios do Brasil.
- b) O Instituto Sou da Paz tem muitas dificuldades para obter dados de qualidade das autoridades estaduais e federais, sendo que das 27 unidades da Federação, 6 não enviaram dados e 4 deram informações incompletas, sendo excluídas da contagem nacional. A falha reforça outras evidências de que o Brasil enfrenta um apagão estatístico nessa área. Segundo o Atlas da Violência de 2021, cerca de 17 mil mortes violentas ocorridas em 2019 foram computadas como indefinidas, sem justificativa.
- c) A impunidade dos crimes obstrui o acesso das famílias das vítimas à Justiça e ao Ministério Público, amplificando os efeitos perversos do morticínio de jovens, negros e moradores das periferias das grandes cidades.

- d) O Instituto Sou da Paz, em 2021, indicou que a taxa nacional de esclarecimento de homicídios foi de 44%, indicando um avanço em relação a anos anteriores, quando o número de assassinatos esclarecidos não passou de 32% dos casos, mas ainda assim contrasta com a realidade de outros países, sendo que para o autor do texto, com homicídios em alta, mais armas em circulação e sem instrumentos de inteligência para as investigações, ficará mais difícil melhorar os índices de elucidação de crimes.

Questão 02

Assinale a alternativa que contém uma conclusão equivocada acerca da leitura do texto:

- a) A falta de dados de qualidade sobre informações de todos os homicídios dolosos, com intenção de matar, ocorridos em 2018 e esclarecidos até 2019 a serem encaminhados pelos Ministérios Públicos e pelos Tribunais de Justiça dos estados reforça que o Brasil enfrenta um apagão estatístico nessa área. Segundo o Atlas da Violência de 2021, cerca de 17 mil mortes violentas ocorridas em 2019 foram computadas como indefinidas, sem justificativa.
- b) Houve queda no número de registro de homicídios no país em 2018 e 2019 mas voltou a aumentar em 2020, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- c) Acerca do “apagão estatístico” na taxa de esclarecimento de assassinatos no país, a quarta edição anual do levantamento do Instituto Sou da Paz observou que das 27 unidades da Federação, 6 não enviaram dados e 4 deram informações incompletas.
- d) No governo de Jair Bolsonaro, verbas destinadas a programas que poderiam ajudar a elucidar os delitos têm sido reduzidas porque o presidente prefere priorizar o investimento nas forças armadas.

Questão 03

Assinale a alternativa que contenha uso correto de crase:

- a) Minha avó voltou **à** trabalhar.
- b) As filas deste caixa são destinadas **às** pessoas com deficiência física.
- c) O juiz que presidia o júri pediu silêncio **à** todos.
- d) Sairei da sala de prova **às** 18h.

Questão 04

Considerando o uso correto da língua portuguesa, julgue os 8 itens a seguir:

1. R\$ 3.200,00 são suficientes para as diárias na praia.
2. R\$ 3.200,00 é suficiente para as diárias na praia.
3. Ao meu ver, o resultado do júri foi um sucesso!
4. A meu ver, o resultado do júri foi um sucesso!
5. Para maiores informações, entre em contato com a coordenação das Promotorias de Justiça.
6. Para mais informações, entre em contato com a coordenação das Promotorias de Justiça.
7. O Promotor de Justiça avisou que, por hora, não poderá atender.
8. O Promotor de Justiça avisou que, por ora, não poderá atender.

A respeito dos itens acima, estão corretos:

- a) 2, 4, 6 e 8.
- b) 1, 3, 5 e 7.
- c) 1, 4, 6 e 7.
- d) 2, 3, 5 e 8.

Questão 05

Assinale a alternativa em que nem todas as palavras estão escritas de forma correta:

- a) acesso – escassez – ressuscitar
- b) obsessão – imprescindível - suscetibilidade
- c) oscilar – sossego – ressurreição
- d) sucessivo – essencial – consciência

Questão 06

Com base nas normas da língua portuguesa, especialmente quanto ao emprego de crase, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

- I – O trem chegou à estação às 18 horas.
- II – Não vai à festas nem a reuniões.
- III – Devemos aliar a teoria à prática.

- a) Nenhum item está correto.
- b) Somente os itens I e III estão corretos.
- c) Somente os itens II e III estão corretos.
- d) Todas os itens estão corretos.

Leia e interprete o texto a seguir para responder às questões 07 e 08.

Poder e Política

Na última reforma da Folha de S.Paulo o caderno de política, que se chamava "Brasil", virou "Poder". A Política é um substantivo feminino, dizem até que é uma ciência, mas não é um verbo. (O verbo é politicar - ocupar-se de política, fazer política - de pouco uso, não me lembro de nenhum político confessar ter politicado ou prometer, se for eleito, politicar muito.) Já o Poder tem a força do verbo e do substantivo, que no caso é macho, os dois usadíssimos e cobiçados, parece que todos querem o substantivo para livremente usar o verbo, quanto mais, melhor.

A impressão é que todos, desde os editores e comentaristas dos jornais mais zezistas (ex-serristas) aos grandes amigos e aliados do Zé, acreditam que a luta pelo poder está terminada: Dilma vai ganhar e, portanto, o Zé vai perder. O resultado da luta pelo poder em Brasília parece mesmo irreversível, em primeiro ou segundo turno, mas a luta política não tem data para terminar, antes ou depois da eleição.

Urgente é melhorar o nível do debate público, expurgar do discurso os adjetivos em excesso, piadinhas, palavrões, preconceitos, grosserias, birras, implicâncias, superficialidade, pontos de exclamação, chutação de números sem fonte, vazamentos seletivos, fontes anônimas usando jornais para fazer negociatas, argumentos tolos exaustivamente desmontados e ainda assim repetidos sem trégua, fichas falsas, bilhetinhos e fofocas que viram dossiês, mentiras grossas, etc.

Os blogs – e seus divulgadores, twitters e tais – já mudaram a lógica da mídia. Seria uma boa ideia que tentassem cada vez mais falar sério (ainda que com bom humor), compartilhando informações e análises e não estados de espírito e picuinhas.

O mais urgente, acho, é eliminar do discurso a falácia "envenenar o poço", desonestidade intelectual que consiste em, num debate, ao invés de debater o argumento, combater o próprio oponente, é o tal "assassinato de reputação", que grassa em diferentes intensidades por blogs, sites, jornais, tevês e rádios.

José diz: “Pedro é um ladrão”. Pedro responde: “José é um mentiroso”.

Não é um debate, não há contradição, talvez os dois estejam certos. Pedro pode ser um ladrão, como José afirma. Pedro não negou ser ladrão, apenas afirmou ser José um mentiroso. Pedro envenenou o poço sugerindo que, sendo José um mentiroso, tudo o que ele disser é mentira, o que não é verdade: talvez José seja mesmo um mentiroso, mas pode não estar mentindo ao afirmar que Pedro é um ladrão, afinal mesmo os mentirosos não mentem sempre. (“Não acredite em alguém que sempre diz a verdade”, Elias Canetti.)

Num debate racional, que alimenta a política e não apenas a luta pelo poder, José só pode afirmar publicamente que Pedro é um ladrão se tiver provas para isso, se a sua afirmação vier acompanhada de informações sobre fatos que a sustentem, lembrando que roubar é crime e todos são inocentes até prova em contrário, e que também é um crime acusar alguém de crime que não cometeu. Ao ser acusado de um crime por Pedro, José pode (ou não) defender-se, inclusive recorrendo à justiça, apresentando evidências ou provas de que não o cometeu. Atacar Pedro não é evidência ou prova de nada.

Com a forte possibilidade de derrota de seu candidato nas próximas eleições, a antiga imprensa, acho, finalmente entendeu que a tal “formação de consenso” não está mais em suas mãos. Cabe aos blogueiros e sites independentes ocupar o espaço conquistado com cada vez mais racionalidade. Fazendo política, a blogosfera conquistou um grande poder e “grandes poderes geram grande responsabilidade”, como muito bem ensinou o Homem-Aranha.

Onze regras de boas-maneiras para debater política (seriamente) na blogosfera (ou em qualquer outro lugar):

1. Qual é o fato? A verdade factual é o ponto de partida. Certifique-se da veracidade e, se possível, indique a fonte de suas informações. Divulgar mentiras é o mesmo que mentir.
2. Não grite. Reduza ao máximo os adjetivos, os pontos de exclamação, os destaques em maiúsculas.
3. Não insinue, informe. Elimine do seu texto as reticências, as maledicências e outras indecências. Se tiver algo a dizer, diga. Se não tiver, não diga.
4. Mantenha a compostura. Elimine inteiramente os palavrões, preconceitos, grosserias, fofocas e baixarias em geral.
5. Fale sério. Piadas de gosto duvidoso, musiquinhas engraçadas, animações toscas, derrubam qualquer argumento, mesmo que verdadeiro. Demonizar adversários com montagens fotográficas, dedos no nariz ou caras tortas só depõe contra você.
6. A diversidade é a base da democracia. Sem pensamentos contraditórios não há evolução. Quem pensa diferente de você não é, necessariamente, seu inimigo e, mesmo que seja, deve ser tratado com respeito e educação.
7. Ninguém é inteiramente bom ou mau. Encontrar concordâncias entre pessoas que discordam é um bom ponto de partida para qualquer debate. Todos querem o bem estar e a justiça social, desenvolvimento, geração de empregos, saúde, prosperidade e paz. Ou não?
8. Procure saber, saber sempre é bom. Compartilhar informações é a principal utilidade da internet.
9. Mais que dar respostas, faça perguntas. O principal objetivo do jornalismo (e da filosofia) é fazer pensar, formulando perguntas. Deixe o leitor procurar suas próprias respostas.

10. “Se você não está em dúvida é porque foi mal informado” (do jornal “O Pasquim”). Procure saber e entender os que pensam muito diferente de você ou nunca terá a chance de mudar, o que é vital para crescer.

11. Só responda a quem merece. A resposta a um argumento num debate político é uma deferência, só deve ser dada a quem merece, a quem trouxe ao debate algum argumento novo e relevante. Aos provocadores, carentes que só querem marcar espaço e aparecer, a melhor resposta é a indiferença. Não alimente nem amplifique baixarias.

(FURTADO, Jorge. Poder e Política. Casa de Cinema de Porto Alegre, 22 de agosto de 2010. Disponível em: <https://www.casacinepoa.com.br/o-blog/jorge-furtado/poder-e-pol%C3%ADtica.html>)

Questão 07

No primeiro parágrafo, o autor faz distinção entre as palavras **política** e **poder**. Acerca dessa parte inicial do texto, marque a alternativa correta acerca das assertivas a seguir:

I - De acordo com o autor, o termo **política** é somente substantivo e o verbo **politicar** vem sendo bastante empregado.

II - O termo **poder**, que pode ser verbo ou substantivo, é muito adequado para se falar de política, pois indica o desejo de possuir o substantivo para realizar o verbo: ter poder para poder mandar e governar.

III - Para o autor, não foi insignificante o fato de que o caderno de política de um dos principais jornais do país mudou de nome, de “Brasil” para “Poder”.

- a) Apenas a assertiva I é incorreta.
- b) Apenas a assertiva II é incorreta.
- c) Todas as assertivas estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão incorretas.

Questão 08

No trecho onde estão listadas as onze regras de boas-maneiras para debater política seriamente, verifica-se o uso de verbos no imperativo, modo verbal que tem a função de externar ordens, pedidos, sugestões ou conselhos.

Seguindo a norma culta da língua portuguesa e tendo por norte as regras gramaticais para a formação do modo imperativo, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Na regra 5 de boas-maneiras do texto, em que consta “Fale sério”, caso a frase fosse alterada para o imperativo negativo, não haveria mudança na conjugação verbal.
- b) Na regra 8, que se inicia com a sugestão “Procure saber, saber sempre é bom”, caso se utilizasse o verbo na segunda pessoa do singular, o correto seria “Procura saber, saber sempre é bom”.
- c) Na regra 2, caso se utilizasse o imperativo afirmativo, o correto seria “Grita”.
- d) Na regra 3, utilizando-se a segunda pessoa do singular, a frase ficaria: “Não insinues, informa.”

Questão 09

A alternativa que possui todos os substantivos corretamente colocados no plural é

- a) chapéis; papéis; tabeliões
- b) ônibus; alto-relevos; cidadães
- c) capitães; gentis; xadrezes
- d) cõnsuis; degrais; pequenezes

Questão 10

Marque a alternativa que contém exemplos de palavras homônimas:

- a) Inflação e infração.
- b) Ascender e acender.
- c) Infarto e enfarte.
- d) Tráfego e tráfico.

MATEMÁTICA

05 Questões

Questão 11

Um aquário tem o formato de um paralelepípedo retangular, de largura 50 cm, comprimento 32 cm e altura 25 cm. Para encher $\frac{3}{4}$ dele com água, quantos litros de água serão usados?

- a) 03 litros
- b) 24 litros
- c) 30 litros
- d) 40 litros

Questão 12

O Promotor de Justiça coordenador de uma importante força-tarefa realizará uma grande operação que contará com o apoio de 288 oficiais de promotoria e 360 secretários auxiliares. Você ficou encarregado pelo coordenador de dividir os servidores em equipes constituídas com ocupantes do mesmo cargo (grupos constituídos apenas de oficiais e grupos apenas de secretários) e com o maior número de servidores possíveis. Em sendo assim, considerando o máximo divisor comum, você organizaria os servidores em:

- a) 2 equipes de 324 servidores.
- b) 24 equipes de 27 servidores.
- c) 9 equipes de 72 servidores.
- d) 8 equipes de 81 servidores.

Questão 13

Assinale a alternativa correta acerca das seguintes assertivas:

I – O capital que se deve empregar à taxa de 6% ao mês, a juro simples, para obter R\$6.000,00 de juro, em quatro meses, é R\$25.000,00.

II – O montante simples obtido na aplicação de um capital de R\$12.000,00, à taxa de 1,5% ao mês, pelo prazo de nove meses, é R\$13.620,00.

III – O juro simples que um capital de R\$7.000,00 rende quando aplicado durante quatro meses, a uma taxa de 2,5% ao mês, é de R\$700,00.

- a) Nenhum item está correto.
- b) Somente os itens I e III estão corretos.
- c) Somente os itens II e III estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.

Questão 14

Em uma competição entre equipes de alunos de Robótica, foi realizada uma corrida inusitada entre os veículos desenvolvidos pelas equipes. Três veículos participaram: o carro da equipe Dragão, o carro da equipe Júpiter e o carro da equipe Pokémon.

O circuito é oval e os três carros largaram juntos e mantiveram velocidades constantes. O carro da equipe Dragão leva 6 minutos para completar uma volta. O carro da equipe Júpiter leva 9 minutos para completar uma volta e o carro da equipe Pokémon leva 18 minutos para completar uma volta.

Depois que a corrida começa, em quanto tempo eles passarão juntos novamente pelo mesmo local da largada?

- a) Em 18 minutos.
- b) Em 12 minutos.
- c) Em 16 minutos.
- d) Em 9 minutos.

Questão 15

Uma máquina de confecção que, trabalhando sem interrupção, fazia 90 peças por minuto, foi substituída por uma nova com 50% mais veloz. Suponha que a nova máquina tenha de fazer o mesmo número de peças que a antiga, em uma hora de trabalho ininterrupto, fazia. O tempo mínimo, em minutos, que essa nova máquina gastará para realizar o trabalho é igual a:

- a) 40 minutos
- b) 30 minutos.
- c) 25 minutos
- d) 35 minutos

HISTÓRIA DO BRASIL

05 Questões

Questão 16

No que se refere às migrações brasileiras, assinale a alternativa incorreta:

- a) A desconcentração industrial é uma das principais causas da freada na migração interna do Brasil.
- b) Atualmente o Centro-Oeste é a região brasileira que mais retém migrantes.
- c) A melhoria dos sistemas de transporte e de comunicação aumentou a concentração industrial nos grandes centros urbanos brasileiros, que continuam atraindo grandes contingentes migratórios.
- d) No movimento pendular, uma determinada população deixa o seu domicílio pela manhã para trabalhar em outra cidade ou região e retorna ao término do dia.

Questão 17

A respeito da Constituição de 1824 do Brasil, marque o item *incorreto*:

- a) Inspirada em ideais difundidos sobretudo pelo francês Benjamin Constant, a Constituição de 1824 previa a figura do Poder Moderador que, em síntese, conferia ao imperador prerrogativa de promover o equilíbrio entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao prever a sua capacidade de intervenção para prevenir ou debelar conflitos interinstitucionais, medida que, como resultado, concentrava maior poder nas mãos do imperador.

- b) A Constituição de 1824, primeira carta constitucional do Brasil, ainda não assegurava importantes direitos fundamentais, ao que, por exemplo, previa a legalidade da escravidão de negros e deixava de assegurar a liberdade de imprensa, de opinião e de religião, ao que atribuía ao imperador a prerrogativa de censurar publicações que atentassem contra os interesses nacionais e cristãos.
- c) Dom Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte formada para conceber a nova carta constitucional brasileira e outorgou unilateralmente a Constituição de 1824, que estabeleceu um governo monárquico e hereditário, cuja dinastia imperante tinha início com Dom Pedro I. Portanto, em termos históricos, reconhece-se que a Carta Constitucional de 1824 não foi promulgada democraticamente, sendo resultante de imposição do projeto político unilateral do imperador.
- d) A designada “Constituição Política do Império do Brasil”, de 1824, previa a religião católica apostólica romana como a religião oficial do império.

Questão 18

Sobre a Primeira República e a Revolução de 1930, assinale a alternativa correta acerca das seguintes assertivas:

I - A Primeira República foi iniciada com a Proclamação da República, que aconteceu no dia 15 de novembro de 1889, e encerrou-se com o golpe militar de 1964.

II - Nos anos 1920, um grupo de militares liderados por capitães e tenentes do Exército recorreu às armas para expressar seu descontentamento com o tratamento que as oligarquias davam às Forças Armadas e, ao fazê-lo, expressou também a insatisfação de parcelas da população com a situação política do país. Esse movimento, conhecido como a Revolta de Canudos, tinha objetivos amplos: defender os interesses nacionais e moralizar a política do país combatendo a corrupção eleitoral.

III - Envolta num clima de heroísmo, a Revolta dos 18 do Forte tornou público o movimento tenentista e marcou a volta dos militares à cena política. Além disso, documentou o apoio dos militares aos políticos civis.

- a) Nenhuma assertiva está correta.
- b) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- c) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 19

A Era Vargas foi o período de quinze anos da história brasileira que se estendeu de 1930 a 1945 e no qual Getúlio Vargas era o presidente do país. Os historiadores dividem a Era Vargas em três fases: Governo Provisório (1930-34), Governo Constitucional (1934-37) e Estado Novo (1937-1945). Sobre esse último período, é correto afirmar que:

- a) era caracterizado pelo exercício da democracia e das liberdades civis, em repúdio às ideias comunistas que ameaçavam a nação, dada a intenção desses grupos revolucionários de chegar ao poder por meio de um golpe.
- b) diante da ameaça comunista, o Parlamento, as Assembleias Estaduais, assim como as Câmaras Municipais, passaram a legislar e a intervir em diversos assuntos da política nacional.
- c) ocorreu a imposição de uma Constituição autoritária, influenciada pelas doutrinas fascistas que vigoravam em algumas nações europeias, o que representou o início de um período de ditadura.
- d) dentro do novo regime, graças à subordinação das corporações sindicais ao Estado, que passou a controlar a ação dos trabalhadores, houve a conquista de direitos trabalhistas, resultado da boa vontade das elites empresariais.

Questão 20

Assinale a alternativa que define a democracia que vigora no Brasil:

- a) A democracia em que todos os cidadãos podem participar, diretamente, apresentando projetos de leis e votando nos projetos apresentados por seus iguais.
- b) A democracia em que permite um exercício indireto, por meio da eleição de representantes para os poderes Legislativo e Executivo.
- c) A democracia em que é composta pela eleição de representantes para atuarem nos poderes Legislativo e Executivo e pela possibilidade de participação direta da população nas tomadas de decisões governamentais e estatais.
- d) A democracia em que as decisões são tomadas pelo povo, chefe do Poder Legislativo, chefe do Poder Executivo e pelo Poder Judiciário.

GEOGRAFIA

05 Questões

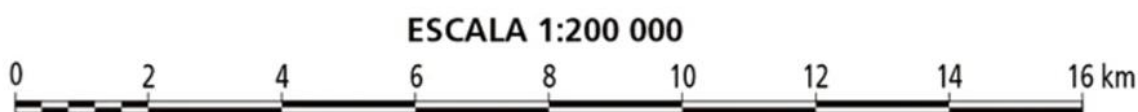
Questão 21

Acerca da cartografia da formação territorial do Brasil, assinale a alternativa correta acerca de qual a principal característica do Brasil que diminui a possibilidade de tsunamis:

- a) A elevação altimétrica do território.
- b) O afastamento das zonas tectônicas.
- c) A estabilidade climática preponderante.
- d) A ausência de massas de ar litorâneas.

Questão 22

Considerando os dados da escala numérica e gráfica abaixo, é correto que 1 centímetro de distância no respectivo mapa em que ela se encontra equivale à:



- a) 200.000 metros.
- b) 2.000 quilômetros.
- c) 20.000 metros.
- d) 200.000 centímetros.

Questão 23

Sobre a rosa dos ventos, assinale a assertiva correta acerca das seguintes assertivas:

- I - A rosa dos ventos é a representação gráfica dos pontos de orientação na superfície terrestre.
- II - Os pontos cardeais são os principais pontos de referência representados nas rosas dos ventos. Eles são quatro: norte, sul, leste e oeste.
- III - Os pontos colaterais são pontos intermediários aos cardeais. Totalizam quatro pontos de referência, sendo eles: Nordeste, Sudeste, Noroeste e Sudoeste.

- a) Nenhuma assertiva está correta.
- b) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- c) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 24

Os setores da economia e as cadeias produtivas são parte fundamental do processo de evolução e crescimento de um país. Considerando a relação entre os setores da economia e o cenário econômico dos países, assinale a alternativa correta:

- a) A atividade secundária é característica de nações pouco industrializadas.
- b) A produção de tecnologia emprega grande parte da população dos países subdesenvolvidos.
- c) O setor primário é o principal gerador de divisas para as nações mais ricas do planeta.
- d) O setor terciário é o maior empregador nos países desenvolvidos e industrializados.

Questão 25

O Nafta (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) deve ser considerado como um bloco estritamente econômico. Assinale a alternativa correta quanto ao NAFTA.

- a) Pertencem ao NAFTA os países Canadá, Panamá, Estados Unidos e México.
- b) O bloco pode ser caracterizado como uma Zona de Livre Comércio – não alcançando nem o status de União Aduaneira. A eliminação de barreiras alfandegárias e fronteiriças foi automática e já está concluída.
- c) Entre as características do Nafta, a que mais se destaca é a elevada desigualdade econômica entre os seus países-membros.
- d) O acordo prevê a livre circulação de pessoas pelos países integrantes do bloco.

INFORMÁTICA BÁSICA


05 Questões

Questão 26

Assinale a alternativa incorreta:

- a) A Internet é usada para conectar as diferentes redes de computadores simultaneamente. É uma rede pública, portanto, qualquer pessoa pode acessar a internet. Intranet é o tipo de internet que é usado de forma privada. É uma rede privada, portanto, só usuários autorizados podem acessar a intranet. Quando computadores de parceiros, clientes, fornecedores e usuários que estão fora do domínio da intranet necessitam acessar esta rede, eles podem fazê-lo com a camada conhecida como infranet.
- b) O denominado phishing é um tipo de golpe, na internet, caracterizado por enganar os usuários para obter, ilicitamente, dados pessoais e financeiros.
- c) O usuário pode utilizar Windows, Mac, Linux ou qualquer outro sistema operacional para acessar a nuvem do OneDrive através de seu site dedicado.
- d) A tecla de atalho F5 possibilita recarregar uma página na internet que está desatualizada.

Questão 27

No programa de computador Microsoft Office Word, a ferramenta “colar especial”, mais especificamente na opção “texto não formatado”, ou, ainda, a ferramenta representada pelo ícone , em que consta a descrição “manter somente texto”, tem por objetivo:

- a) Colar o texto copiado aproveitando a formatação original do texto de origem.
- b) Colar o texto copiado alterando a formatação original do texto para a exata formatação do ponto em que se efetua a colagem no documento de destino.
- c) Colar o texto utilizando uma formatação padrão pré-definida pelo usuário no sistema.
- d) Colar o texto mesclando a formatação entre os documentos de origem e destino.

Questão 28

São exemplos de navegadores web:

- I – Mozilla Firefox
- II – Google Chrome
- III – Windows Explorer
- IV – Outlook Express

- a) Somente os itens I e II estão corretos.
- b) Somente os itens III e IV estão corretos.
- c) Somente os itens I, II e III estão corretos.
- d) Somente os itens I, II e IV estão corretos.

Questão 29

PowerPoint é um programa desenvolvido pela Microsoft que serve para criação/edição e exibição de apresentações gráficas, originalmente escrito para o sistema operacional Windows e portado para a plataforma Mac OS X. Seu equivalente no BrOffice é o:

- a) Draw.
- b) Writer.
- c) Impress.
- d) Math.

Questão 30

Dispositivos de entrada e saída são componentes cuja informação é recebida e enviada. Assinale a alternativa que não contém um dispositivo de entrada e saída:

- a) Placa de Rede
- b) CD-ROM
- c) Teclado
- d) Modem

LEGISLAÇÃO APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

20 Questões

Questão 31

Assinale a alternativa correta acerca da previsão contida no § 5º do artigo 128 da C.F/88:

- a) O § 5º do artigo 128 da C.F/88 estabelece que leis ordinárias da União e dos Estados estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público.
- b) O § 5º do artigo 128 da C.F/88 estabelece que lei complementar nacional estabelecerá a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público.
- c) O § 5º do artigo 128 da C.F/88 estabelece que leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é obrigatória dos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público
- d) O § 5º do artigo 128 da C.F/88 estabelece que leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público.

Questão 32

Assinale a alternativa incorreta acerca daquilo que a L.C estadual nº 25/98 estabelece acerca de quais atos do MP lhe são garantidos como tradução de sua autonomia:

- a) Praticar atos próprios de gestão e compor os seus órgãos de administração.
- b) Editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos de carreira e de serviços auxiliares, bem como os de disponibilidade de membros do Ministério Público e de seus servidores.
- c) Propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de seus cargos e de seus serviços auxiliares, bem como a fixação, mas não o reajuste dos vencimentos e vantagens dos seus membros e de seus servidores.
- d) Prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares e elaborar suas folhas de pagamento e expedir os competentes demonstrativos.

Questão 33

Assinale a alternativa incorreta acerca da competência a atribuição do PGJ, CPJ, CSMP e CGMP:

- a) Compete ao Procurador-Geral de Justiça praticar atos e decidir questões relativas à administração geral e execução orçamentária do Ministério Público. Já ao Colégio de Procuradores de Justiça compete conferir posse e exercício, na segunda quinzena do mês de dezembro, aos membros do Conselho Superior do Ministério Público.
- b) Compete ao Conselho Superior do MP designar membro do MP para exercer as funções de Promotor de Justiça Corregedor, por indicação do Corregedor-Geral do Ministério Público. Já ao Colégio de Procuradores de Justiça compete autorizar, por maioria absoluta de seus integrantes, que o Procurador-Geral de Justiça ajuíze ação civil de decretação de perda do cargo de membro do Ministério Público.
- c) Compete ao Procurador-Geral de Justiça designar membro do MP para designar, mediante escolha do Conselho Superior do Ministério Público, os membros da Comissão de Concurso e seus substitutos e arbitrar-lhes gratificação pelos serviços prestados durante o certame.
- d) Compete ao Conselho Superior do MP - indicar ao Procurador-Geral de Justiça, através de formação de lista, Promotores de Justiça para substituição por convocação. É atribuição do Corregedor-Geral do MP propor ao Conselho Superior do Ministério Público, reclamações quanto ao quadro geral de antigüidade do Ministério Público.

Questão 34

Assinale a alternativa correta acerca do que é estabelecido pelas Resoluções 07/18 e 09/18 do Colégio de Procuradores de Justiça do MPMGO:

- a) Notícia de fato de natureza criminal é qualquer demanda extrajudicial contendo a narrativa de conduta configuradora de infração penal, ao menos em tese, submetida à apreciação dos membros do Ministério Público, nos limites de suas respectivas atribuições criminais. Em poder de qualquer notícia de fato de natureza criminal, o membro do Ministério Público: promoverá a ação penal cabível; instaurará procedimento investigatório criminal; a encaminhará para o Juizado Especial Criminal, se a infração for de menor potencial ofensivo; promoverá o seu arquivamento, mediante decisão fundamentada; requisitará a instauração de inquérito policial, quando tiver qualquer indício da prática de crime.
- b) O procedimento investigatório criminal é instrumento sumário e burocratizado de natureza administrativa e investigatória, instaurado e presidido por membro do Ministério Público com atribuição criminal, e tem por finalidade a apuração da prática de infrações penais de iniciativa pública, servindo como meio formador do convencimento jurídico penal. O procedimento investigatório criminal não é condição de procedibilidade ou pressuposto processual para o ajuizamento de ação penal e não exclui a possibilidade de formalização de investigação por outros órgãos legitimados da Administração Pública.
- c) Notícia de fato é qualquer demanda submetida à apreciação dos integrantes do Ministério Público, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal aquela obtida com a realização de atendimentos, o recebimento de notícias, documentos, representações ou requerimentos dirigidos à atividade-fim do Ministério Público. A Notícia de fato deverá ser registrada no sistema eletrônico ATENA e distribuída livre e aleatoriamente entre os órgãos ministeriais com atribuição para apreciá-la.
- d) A notícia de fato será apreciada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento pelo órgão de execução, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 90 (noventa) dias. O vencimento da prorrogação do prazo terá como base a data do registro da notícia de fato pelo órgão de execução, independentemente do dia em que foi proferido o correspondente despacho.

Questão 35

Não é função institucional do Ministério Público:

- a) Representar o Estado em juízo ativa e passivamente e promover sua defesa.
- b) Promover, privativamente, a ação penal pública.
- c) Exercer o controle externo da atividade policial.
- d) Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

Questão 36

São vedações constitucionalmente previstas ao membro do Ministério Público, exceto:

- a) Participar de sociedade comercial, na forma da lei.
- b) Exercer atividade político-partidária.
- c) Exercer a advocacia.
- d) Exercer outra função pública, inclusive de magistério.

Questão 37

A respeito da organização e composição dos órgãos do Ministério Público do Estado de Goiás, assinale o item correto:

- a) O Conselho Superior do Ministério Público é órgão de administração superior do Ministério Público, presidido pelo Procurador-Geral de Justiça e integrado por todos os Procuradores de Justiça.

- b) O Colégio de Procuradores será composto pelo Procurador-Geral de Justiça, que o presidirá, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, e por 5 (cinco) Procuradores de Justiça eleitos, três pelos Promotores de Justiça em exercício e dois pelo Colégio de Procuradores de Justiça, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a reeleição.
- c) A Corregedoria Geral do Ministério Público é o órgão da administração superior encarregado de orientar e fiscalizar as atividades funcionais e a conduta dos membros do Ministério Público, bem como de fiscalizar e avaliar os resultados das metas institucionais e atividades dos demais órgãos da administração e dos órgãos auxiliares da atividade funcional.
- d) As Procuradorias de Justiça são órgãos de administração do Ministério Público, com cargos de Promotor de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhe forem cometidas por esta Lei.

Questão 38

Ao Ministério Público, organizado em carreira, é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente, exceto:

- a) Prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares.
- b) Escolher o seu Procurador-Geral de Justiça, a partir de processo eleitoral, assegurado o voto dos Promotores e Procuradores de Justiça, com formação de lista tríplice e seu encaminhamento ao Governador do Estado, que designará o membro do Ministério Público mais bem votado.
- c) Praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios.
- d) Editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos de carreira e de serviços auxiliares, bem como os de disponibilidade de membros do Ministério Público e de seus servidores.

Questão 39

De acordo com o art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998, ao Ministério Público, organizado em carreira, é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

I - Adquirir bens e contratar serviços, efetuando a respectiva contabilização.

II - Prover, por remoção, promoção e demais formas de provimento derivado, as Promotorias e Procuradorias de Justiça

III - Elaborar seus regimentos internos.

- a) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- b) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- c) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 40

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998, assinale a alternativa incorreta:

- a) O plano geral de atuação será estabelecido pelo Procurador-Geral de Justiça, com participação dos Centros de Apoio Operacional, das Procuradorias e Promotorias de Justiça, ouvidos o Colégio de Procuradores de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público.
- b) Os Centros de Apoio Operacional, órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, não integram a Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça.

- c) A direção de Centro de Apoio Operacional será exercida por Coordenador, escolhido dentre os Procuradores ou Promotores de Justiça de qualquer entrância, desde que titulares e vitalícios.
- d) Compete aos Centros de Apoio Operacional prestar auxílio aos órgãos de execução do Ministério Público na instrução de inquéritos civis ou na preparação e proposição de medidas processuais.

Questão 41

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998, além das atribuições previstas na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e em outras leis, compete aos Promotores de Justiça:

I - Atender a qualquer do povo, tomando as providências cabíveis, cientificando o interessado das medidas efetivadas.

II - Inspeccionar e fiscalizar cadeias públicas, manicômios judiciários, estabelecimentos prisionais de qualquer natureza, hospitais públicos ou conveniados e os locais que abriguem idosos, crianças, adolescentes, incapazes ou pessoas portadoras de deficiência, adotando as medidas cabíveis.

III - Atuar como substituto processual, na defesa dos interesses individuais e sociais indisponíveis, bem como aos hipossuficientes, nos casos previstos em lei.

- a) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- b) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- c) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 42

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998, além das atribuições previstas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e em outras leis, compete aos Procuradores de Justiça:

I - Participar das sessões dos Tribunais, no julgamento dos processos em que oficiou, tomando ciência, pessoalmente e mediante vista dos autos respectivos, das decisões proferidas.

II - Sugerir ao Procurador Geral de Justiça, fundamentadamente, quando for o caso, a interposição de recursos aos Tribunais locais ou Superiores, ou adoção de outras medidas cabíveis.

III - Impetrar habeas corpus, mandado de segurança, requerer correição parcial, bem como propor outras medidas cabíveis, perante os Tribunais competentes.

- a) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- b) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- c) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 43

Tomando por norte a Resolução 09/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça, que disciplina a tramitação dos autos extrajudiciais no âmbito do Ministério Público do Estado de Goiás na área dos interesses ou direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis e considerando os prazos fixados para apreciação/conclusão de cada uma das espécies de autos extrajudiciais, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A notícia de fato será apreciada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento pelo órgão de execução, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 60 (sessenta) dias.

- b) O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, por decisão fundamentada de seu presidente, em caso de motivo justificável.
- c) O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias, por decisão fundamentada de seu presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público.
- d) O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias, por decisão fundamentada de seu presidente, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos.

Questão 44

Cessados os motivos que ensejaram a necessidade do acompanhamento ou solucionada extrajudicialmente a questão referente ao direito individual indisponível, o procedimento administrativo será arquivado, mediante decisão fundamentada, que deverá ser inserida no sistema eletrônico ATENA. Considerando as providências exigidas pela Resolução 09/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça Ministério Público do Estado de Goiás para a formalização do arquivamento do procedimento administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) A promoção de arquivamento do procedimento administrativo destinado a acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições será submetida à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público para homologação, mediante remessa dos autos.
- b) Na hipótese de procedimento administrativo destinado a apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis, o procedimento administrativo será arquivado na própria Promotoria de Justiça, não havendo necessidade de remessa dos autos ao Conselho Superior do Ministério Público para revisão.
- c) O arquivamento do procedimento administrativo que acompanha o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta ou do acordo de não persecução cível deverá ser comunicado ao Conselho Superior do Ministério Público.
- d) No caso de procedimento administrativo relativo a direitos individuais indisponíveis e o destinado a acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições, o noticiante será cientificado da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias.

Questão 45

De acordo com o artigo 28 Resolução 09/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça Ministério Público do Estado de Goiás, aplica-se ao inquérito civil o princípio da publicidade dos atos, com exceção dos casos em que haja sigilo legal ou em que a publicidade possa acarretar prejuízo às investigações, hipóteses em que a decretação do sigilo deverá ser motivada. Acerca dessa temática, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Uma das formas de se instrumentalizar a publicidade do inquérito civil público é por meio da divulgação oficial, com o exclusivo fim de conhecimento público, mediante publicação de extrato de instauração e conclusão no Diário Oficial do Ministério Público.
- b) A restrição à publicidade deverá ser decretada em decisão motivada, para fins de interesse público e, conforme o caso, poderá ser limitada a determinadas pessoas, provas, documentos, informações, dados, períodos ou fases, cessando quando for extinta a causa que a motivou.
- c) O defensor poderá, mesmo sem procuração, examinar autos de investigações findas ou em andamento, inclusive nos autos sujeitos a sigilo e ainda que conclusos ao seu presidente, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital.
- d) Em cumprimento ao princípio da publicidade das investigações, o membro do Ministério Público poderá prestar informações em caráter oficial, inclusive aos meios de comunicação social, a respeito das

providências adotadas para apuração de fatos em tese ilícitos, abstendo-se, contudo, de externar ou antecipar juízo de valor a respeito de apurações ainda não concluídas.

Questão 46

Considerando a disciplina dada pela Resolução 07/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça Ministério Público do Estado de Goiás, que regulamenta a notícia de fato de natureza criminal e o procedimento investigatório criminal, assinale a alternativa correta:

- a) O presidente do procedimento investigatório criminal declarará, a qualquer tempo, seu impedimento ou suspeição, podendo o interessado, durante a tramitação da investigação, arguir o impedimento ou a suspeição do presidente do apuratório, considerando-se interessado aquele em face de quem pode ser proposta a ação penal, o noticiante e a vítima.
- b) A persecução patrimonial tem por objetivo a localização de qualquer benefício derivado ou obtido, direta ou indiretamente, da infração penal, ou de bens ou valores lícitos equivalentes, visando à propositura de medidas cautelares reais, confisco definitivo e identificação do beneficiário econômico final da conduta, devendo ser realizada em autos anexos ao procedimento investigatório criminal ou autônomos, quando ainda em curso a investigação.
- c) A Notícia de fato deverá ser registrada no sistema eletrônico ATENA e distribuída livre e aleatoriamente entre os órgãos ministeriais com atribuição para apreciá-la, salvo quando iniciada de ofício ou recebida diretamente por órgão ministerial, quando prevalecerá a regra da prevenção.
- d) A notícia de fato somente poderá ser arquivada no próprio órgão ministerial, quando estiver comprovado que o fato já foi ou é objeto de investigação ou de ação penal; o fato narrado evidentemente não constituir infração penal; a lesão ao bem jurídico tutelado for manifestamente insignificante, nos exatos termos e entendimento fixados pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal; for desprovida de mínimos elementos de prova ou de informação imprescindíveis para o início de uma apuração, e o noticiante não atender à intimação para complementá-la; for incompreensível.

Questão 47

Consoante se extrai da Lei Estadual de Goiás de nº 20.756/2020, constituem transgressões disciplinares praticadas pelos servidores, exceto:

- a) perturbar a ordem e a tranquilidade no recinto da repartição;
- b) fazer uso de veículo oficial de acordo com sua destinação;
- c) recusar-se, sem justa causa, a submeter-se a avaliação periódica de desempenho ou perícia médica prevista em lei;
- d) acumular cargos, funções e empregos públicos ou proventos de aposentadoria, ressalvadas as exceções constitucionalmente previstas;

Questão 48

De acordo com a Lei Estadual de Goiás de nº 14.810/04, assinale a alternativa correta:

- a) O fator antiguidade corresponde ao tempo de serviço prestado pelo servidor no Ministério Público do Estado de Goiás, a contar da data de exercício da investidura no cargo de carreira.
- b) A avaliação de desempenho é efetuada pela chefia imediata, dispensando-se o acompanhamento do servidor, o qual terá ciência após a conclusão da avaliação.
- c) A Comissão Especial de Promoção será composta por três membros escolhidos pelo Corregedor-Geral de Justiça e por três representantes dos servidores, escolhidos por seus pares para um mandato de três anos.

- d) Fica estabelecida a faculdade do treinamento introdutório para os servidores aprovados em concurso público, ministrado imediatamente após a posse no cargo, bem como o treinamento específico de gerência, facultativo para os ocupantes de cargo de confiança e de chefia.

Questão 49

As alternativas abaixo relacionam-se à prescrição das infrações disciplinares previstas na Lei Estadual de Goiás de nº 20.756/2020. Marque a alternativa incorreta quanto às normas concernentes à prescrição.

- a) A decisão que reconhecer a existência de prescrição deverá determinar, desde logo, as providências necessárias à apuração da responsabilidade pela sua ocorrência, se houver indício de dolo ou culpa.
- b) O sobrestamento do processo administrativo disciplinar ou da sindicância pela autoridade instauradora para aguardar decisão administrativa ou judicial da qual necessariamente dependa o processo suspende a contagem do prazo prescricional.
- c) A prescrição verifica-se em 6 (seis) anos, quanto às infrações puníveis com suspensão, demissão, destituição de cargo em comissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- d) O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido pela administração pública e regula-se pela maior sanção abstratamente prevista para a transgressão.

Questão 50

Julgue as assertivas abaixo, que cuidam das penalidades disciplinares, previstas na Lei Estadual de Goiás de nº 20.756/2020.

I - Se o servidor houver praticado transgressão disciplinar e ocupar 2 (dois) cargos acumuláveis no âmbito da administração pública do Estado de Goiás, a aplicação da demissão incidirá sobre o vínculo em que se deu a transgressão;

II - A cassação de aposentadoria é a penalidade pela prática de transgressão disciplinar grave punível com demissão cometida pelo servidor quando em atividade;

III - A prática de transgressão grave no exercício de cargo em comissão não acarretará a demissão do cargo efetivo.

Assinale a alternativa que corresponde aos julgamentos das assertivas:

- a) I e II estão corretas.
- b) II e III estão incorretas.
- c) II e III estão corretas.
- d) I e III estão incorretas.

PROVA DISCURSIVA

02 Questões

Nos termos do Edital, cada questão da prova discursiva deverá ser respondida com extensão mínima de 5 (cinco) linhas e máxima de 15 (quinze) linhas.

Questão 01

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 127, estabelece que o “Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”. Assim, considerando a missão constitucionalmente definida para o Ministério Público, avalie as situações abaixo transcritas e, fundamentadamente, explique se o caso é ou não objeto de atuação ou intervenção da Instituição:

- Pessoa idosa, lúcida e usuária de cadeira de rodas, procura a Promotoria de Justiça de defesa do idoso e das pessoas com deficiência porque foi acionado judicialmente e indevidamente em ação de cobrança em função da alegação de não ter adimplido parcelas do financiamento de sua casa própria, que adquiriu pelo programa governamental “Minha Casa Minha Vida”, constando inclusive que seu nome teria sido negativado, sendo que, segundo o idoso alega, teria ele efetuado todos os pagamentos.
- Morador de uma fazenda comparece a uma Promotoria de Justiça para reclamar que seu vizinho, proprietário de uma área de 20 hectares situados em zona rural, desmembrou clandestinamente a propriedade em ranchos de 500 metros quadrados e que, desde então, o local é utilizado para festas, padece com o acúmulo de lixo nos arredores e no curso d’água, além de serem utilizados equipamentos sonoros em alto volume madrugada adentro.
- Consumidor que adquiriu uma bicicleta ergométrica pela internet busca a Promotoria de Justiça de defesa do consumidor para obter amparo jurídico a direito seu, uma vez que, segundo alega, recebeu o produto com defeito e aduz que tem-lhe sido negado o direito à devolução (e ressarcimento) ou mesmo à troca.

Questão 02

A Resolução nº 09/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, dispõe que:

Art. 2º Notícia de fato é qualquer demanda submetida à apreciação dos membros do Ministério Público, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal aquela obtida com a realização de atendimentos, o recebimento de notícias, documentos, representações ou requerimentos dirigidos à atividade-fim do Ministério Público.

Diante disso, com base na mencionada resolução, responda:

- Quais são as hipóteses de arquivamento de notícia de fato?
- É indispensável a cientificação do noticiante? Explique.

REDAÇÃO

Nos termos do Edital, o texto da redação deverá ter extensão mínima de 15 (quinze) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.

Para Aristóteles “a arte imita a vida”, sendo a arte uma técnica estratégica usada para vencer os empecilhos que sozinha a natureza tem dificuldades para superar, demonstrando com isso que o homem ético e político age com prudência, enquanto o técnico/artista age com habilidade através da licença poética que lhe é concedida.

Já para Oscar Wilde “a vida imita a arte mais do que a arte imita a vida”, se pensarmos pelo lado prático trata-se de uma teoria verdadeira, uma vez que o melhor vendedor de um produto é a personagem de novela, filme ou teatro. No Brasil existe um certo culto às celebridades, logo, uma grande quantidade de pessoas deseja imitar o que elas têm, usam, ou fazem, fazendo com que o discurso de Wilde tome uma certa força.

Elabore uma redação acerca da importância da arte para a sociedade moderna.